

Declaração do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, reunido a 22 de julho de 2026, manifesta a sua profunda preocupação pela forma como foi conduzido o processo de classificação e divulgação dos resultados dos exames nacionais e considera inaceitável que os constrangimentos verificados tenham dado origem a discursos ou interpretações que atribuem às escolas, à Direção, na pessoa do seu Diretor, aos docentes, aos elementos do Secretariado de Exames, aos assistentes técnicos, aos assistentes operacionais e aos demais profissionais envolvidos na avaliação externa responsabilidades que manifestamente não lhes pertencem.

As escolas cumpriram, com rigor, competência e elevado sentido de responsabilidade, todas as obrigações que lhes competiam. Os constrangimentos ocorridos tiveram origem em decisões, procedimentos e soluções técnicas cuja definição e implementação não dependeram das escolas. Não podem, por isso, pôr em causa o profissionalismo, o compromisso e a competência com que estas desempenharam as suas responsabilidades.

O Conselho Geral reconhece que a Educação exige uma permanente capacidade de adaptação aos desafios da sociedade e que a inovação e a modernização dos processos podem constituir importantes oportunidades de melhoria. As escolas têm demonstrado, ao longo dos anos, disponibilidade para participar nessa evolução e continuarão a fazê-lo. Não é, por isso, a mudança que está em causa. O que não pode ser aceite é que alterações desta dimensão sejam implementadas sem o necessário planeamento, sem que estejam asseguradas as condições técnicas, organizacionais e operacionais indispensáveis ao seu sucesso ou que, perante as dificuldades sentidas, se procure transferir para as escolas responsabilidades que não lhes pertencem.

Neste contexto particularmente exigente, importa reconhecer a forma como os profissionais das escolas responderam aos desafios enfrentados, evidenciando, uma vez mais, competência, dedicação e elevado sentido de missão, colocando sempre o superior interesse dos alunos no centro da sua atuação.

O Conselho Geral assinala o papel determinante dos docentes classificadores, cuja resposta exemplar, marcada por um elevado sentido ético e profissional, permitiu enfrentar sucessivos constrangimentos que lhes eram totalmente alheios. Sujeitos a uma pressão excecional, responderam com rigor, disponibilidade e profundo compromisso com a justiça, a equidade e a credibilidade da avaliação externa. Foi a sua dedicação e o seu profissionalismo que permitiram ultrapassar, na medida do possível, as dificuldades verificadas, assegurando que os alunos não fossem os principais prejudicados.

O Conselho Geral expressa, ainda, um reconhecimento muito especial aos elementos do Secretariado de Exames, cuja competência, capacidade de organização, disponibilidade e dedicação foram determinantes para assegurar o



Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

funcionamento de um processo particularmente complexo. Perante sucessivas alterações de procedimentos, novas orientações e exigências acrescidas, responderam com serenidade, elevado sentido de responsabilidade e uma notável capacidade de adaptação, garantindo o apoio indispensável aos alunos, às famílias, aos docentes e à Direção. Reconhece-se, ainda, o contributo dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais que, no desempenho das respetivas funções, asseguraram o indispensável apoio administrativo, logístico e operacional, respondendo com profissionalismo ao acréscimo de trabalho e de solicitações inerentes a este processo.

O Conselho Geral manifesta, igualmente, o seu apreço pelo civismo, pela serenidade e pelo sentido de responsabilidade demonstrados pelos alunos e pelas suas famílias ao longo de todo este processo. Num momento particularmente exigente, compreenderam os constrangimentos existentes, mantiveram a confiança nos professores, na Direção e em todos os profissionais da escola e contribuíram, pela sua atitude, para preservar o clima de confiança indispensável ao normal funcionamento da comunidade educativa. Essa confiança mútua entre alunos, famílias e escola constitui um dos mais importantes alicerces da Escola Pública e merece ser preservada e reforçada.

Cumpre, por fim, reconhecer o papel determinante do Diretor do Agrupamento na liderança, coordenação e articulação da resposta institucional a um contexto de elevada complexidade, forte pressão e injusta exposição pública das escolas. Exerceu uma liderança serena, firme e responsável, assegurando a articulação entre os vários intervenientes e criando as condições necessárias para que todas as equipas envolvidas pudessem responder, de forma articulada e eficaz, aos sucessivos desafios que se colocaram. Embora as dificuldades enfrentadas não fossem imputáveis à Direção nem às escolas, manteve uma comunicação transparente com a comunidade educativa, apoiou permanentemente alunos, famílias e profissionais e assegurou, com equilíbrio e determinação, a melhor resposta possível em qualquer circunstância. A liderança exercida contribuiu decisivamente para que o Agrupamento enfrentasse este período particularmente exigente com estabilidade, responsabilidade e sentido de missão, merecendo o reconhecimento e a plena confiança deste Conselho Geral.

O Conselho Geral entende, ainda, que a experiência vivida neste processo deve constituir uma oportunidade de reflexão sobre a resposta a adotar perante circunstâncias excecionais. Neste sentido, recomenda que, atendendo aos constrangimentos verificados no presente ano e ao prolongamento da realização da 2.^a e da 3.^a fases dos exames nacionais, bem como dos respetivos procedimentos de classificação, reapreciação e organização administrativa até à primeira semana de setembro, seja ponderado, apenas no próximo ano letivo, o adiamento do início das atividades letivas por uma semana, sobretudo no ensino secundário. Esta medida permitiria assegurar a adequada conclusão de todo o processo de avaliação externa e criar melhores condições para a preparação do novo ano letivo, em benefício dos alunos, das suas famílias e de todos os profissionais envolvidos.



Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

A Escola Pública constrói-se diariamente através da competência, da dedicação e da integridade dos seus profissionais, mas também da confiança que alunos, famílias e comunidade depositam nas suas escolas. Merece, por isso, respeito, confiança e uma relação institucional assente na cooperação, na responsabilidade e no reconhecimento do trabalho desenvolvido por todos aqueles que, diariamente, garantem o seu funcionamento.

Com a presente declaração, o Conselho Geral reafirma a sua plena confiança nos profissionais do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, bem como o seu reconhecimento e solidariedade para com todos aqueles que, apesar das dificuldades sentidas, nunca deixaram de colocar, em qualquer circunstância, o superior interesse dos alunos acima de qualquer outra consideração. Reitera, igualmente, que a melhoria da Escola Pública exige inovação, planeamento, diálogo e responsabilidade partilhada, mas nunca a transferência para as escolas de responsabilidades que pertencem a quem decide, define e implementa os processos.

Sintra, 22 de julho de 2026

Aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara.

A Presidente do Conselho Geral

(Ana Duarte)